

O ENSINO NO PERÍODO IMPERIAL: DO COLÉGIO DE PEDRO II AO ENSINO NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

Kelly Aparecida Mendes

Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

Nadia Cristina Varjão

Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

Wenderson Pinto Farias

Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

O artigo aborda, sob a ótica da História das Ideias Linguísticas, como se organizou o ensino durante o Império no Brasil, dando enfoque ao Ensino Secundário, representado pelo Colégio de Pedro II e seus aspectos contributivos na formação e estrutura do ensino amazonense, em especial na cidade de Manaus.

Palavras-chave: ensino no período imperial. Colégio de Pedro II. Província do Amazonas.

INTRODUÇÃO

“Escrever uma história consiste sempre em homogeneizar o diverso, qualquer que seja a diversidade da historização”. (AUROUX, 1989 *apud* FÁVERO, 2002, pp. 14). Assim, buscamos contextualizar o período estudado, salientando seus aspectos histórico-político-sociais, e as correntes de ordem filosófica que influenciaram os acontecimentos ligados à educação no período.

Para tanto, inicia-se com a apresentação de caráter histórico brasileiro, desde a Independência até o início do Segundo Reinado. Em seguida, estudam-se os aspectos educacionais do período, enfatizando, em seção seguinte, o colégio desde sua fundação até o final do Segundo Reinado; finalizando, mostrar-se-á um panorama geral dos reflexos desta organização de ensino na cidade de Manaus.

O destaque dado ao colégio justifica-se por ser este uma instituição pública oficial voltada à padronização dos estudos em nível secundário e, portanto, reflete as alternâncias e desequilíbrios da nação brasileira de então que estava voltada inicialmente à consolidação de um Estado-nação e, mais tarde, de imprimir uma identidade a esta mesma nação, inspirados nos ditames europeus. E, por conseguinte, tem-se Manaus, a cidade luz dos trópicos e considerada a

esperança de desenvolvimento industrial para a região; ou seja, Manaus se revela abruptamente para o Brasil, que a desconhecia completamente (LOUREIRO, 2007, p. 248), logo era uma receptora destas propostas de ensino providas da capital do Império.

A DINAMICIDADE CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Para compreender as mudanças de cunho educacional ao longo do século XIX, especialmente do período Imperial, é preciso levar em conta os aspectos filosóficos, políticos e sociais ocorridos então.

Segundo Boris Fausto (2006), é preciso entender a Independência do Brasil como um processo iniciado desde a transferência da Família Real Portuguesa, passando pelo fim do período colonial e pela abertura dos portos às nações amigas – leia-se Inglaterra – o que foi um marco no tocante à economia brasileira, resultando também nas manifestações políticas e sociais conseguintes.

A obra de Laurentino Gomes, “1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado”, traz a nós um aprofundado estudo do período, o que nos faz compreender, além da Independência como processo (Cf. Fausto, 2006), a posteridade de sua proclamação ocorrida em 1822, marcada pelas lutas regionais, especialmente nas províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Gomes (2010) apresenta as figuras de José Bonifácio, princesa Leopoldina e Lorde Cochrane como associados a D. Pedro, protagonistas desta Independência-processo, sendo o primeiro atuante de ordem ideológica e intelectual, a princesa como articuladora de bastidores e Lorde Cochrane, tomado por interesses de ordem financeira, como grande consolidador do processo. D. Pedro passa de príncipe regente a 1º. Imperador do Brasil, sendo uma figura representativa que se torna mais atuante quando da dissolução da Constituinte e imposição da Primeira Constituição, em 1824, revelando-se mais autônomo e autoritário.

Esta Constituição, com características absolutamente liberais, era uma “releitura” daquela idealizada José Bonifácio e representava um avanço para a época, por seu caráter iluminista, mas

inviável na visão de D. Pedro por ir contra os interesses de nossa burguesia local e pelas péssimas condições de ordem econômica, vividas pelo Brasil desde a partida da Família Real.

Sob o regime de uma Monarquia Constitucional, composta inclusive pela presença do Poder Moderador, o Primeiro Reinado foi marcado pelas revoltas regionais combatidas por Cochrane, geradas pela resistência à centralização de poder imposta por D. Pedro I que a esta altura é guiado por interesses ligados especialmente à manutenção da Monarquia e do sistema escravocrata, já que não contava com o apoio de Bonifácio, exilado desde a dissolução da Constituinte em 1823.

Diante das muitas revoltas regionais, de uma economia devastada, da onda de temor generalizado ocorrida pelo recrutamento forçado ao serviço militar, pela alternância do Imperador entre o governo do Brasil e o auxílio à sua filha Maria da Glória, regente da Coroa portuguesa, além do episódio da conhecida Noite das Garrafadas, D. Pedro I abdica o trono em 1831, em favor de seu filho, D. Pedro II de apenas cinco anos.

Os chamados liberais moderados tomam o poder a partir de então, iniciando o chamado Período Regencial. Em primeira instância, temos uma Regência Trina composta por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e Pe. Diogo Feijó que mais tarde tornar-se-ia Una, exercida somente pelo Pe. Feijó. O período foi marcado por várias reformas e pelo fortalecimento das Províncias, que passaram a possuir maior autonomia, especialmente após a criação das Assembleias Legislativas Provinciais com o Ato Adicional de 1834, o que trouxe implicações diretas ao ensino, uma vez que, com a descentralização do poder, as províncias puderam abrir importantes centros educacionais, como os Liceus e o Colégio de Pedro II, conforme veremos adiante.

O período regencial foi marcado pelas lutas regionais pelo poder, poder este que agora estava descentralizado da Província Central, o Rio de Janeiro. Isso desencadeou várias revoltas sendo as mais conhecidas a Guerra dos Cabanos (PE), a Cabanagem (PA), a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Farroupilha (RS), que por sua extensa duração e dificuldades de negociação em favor do governo, custou a regência de Pe. Diogo Feijó.

Elegeu-se, então, um legítimo representante do Partido Conservador: Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, que se tornou regente. Fausto (2009, p. 171) argumenta sobre o que representou tal período:

A vitória de Araújo Lima simbolizou o início do “regresso”. A palavra indica a atuação da corrente conservadora desejosa de “regressar” à centralização política e ao reforço da autoridade. Uma das primeiras leis nesse sentido consistiu em uma “interpretação” do Ato Adicional (maio de 1840), que retirava das províncias várias de suas atribuições, especialmente no que dizia respeito à nomeação de funcionários públicos. (FAUSTO, 2009, p. 171)

Neste período, no ano de 1837, e sob influência de tais preceitos conservadores, temos a inauguração do colégio de Pedro II, em homenagem ao imperador-menino.

Um ano antes, criou-se também o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de redigir o que seria a “História do Brasil”, ressaltando sentimentos nacionalistas e influenciado também pelas correntes Iluministas que, a esta altura, já eram fortes em toda a Europa, o que resulta, como sabemos, na primeira geração do Romantismo no Brasil.

A professora Lília Schwarcz (1993) salienta que, além de ensinar e divulgar conhecimento, o instituto deveria, a exemplo dos modelos europeus, exaltar e glorificar a pátria. Abud (2006, p. 30) nos fala sobre as semelhanças conceituais entre o IHGB e o colégio:

A ligação entre as duas instituições era profunda. Os membros do IHGB eram professores do D. Pedro II. E as resoluções do IHGB sobre a História afetavam grandemente a instituição escolar, cujos lentes eram responsáveis pela elaboração dos programas. O Pedro II e o IHGB representavam, na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização.

O imperador D. Pedro II, em todo o seu reinado, ocorrido de 1840-1889, esteve bem próximo da administração e manutenção destas instituições tendo pelo colégio especial apreço e, afirmando que, caso chegasse à República, tornar-se-ia professor do colégio homônimo. Entretanto, esquivou-se das questões políticas, o que por um lado não desgastou sua imagem junto ao povo e aos representantes partidários, mas por outro propiciou uma “troca de favores” entre os partidos Liberal e Conservador, que se opunham na liderança do governo. Fausto (2009) menciona que, por tais motivos, o período não foi de muitas revoltas, uma vez que, caso não estivesse no poder hoje, o partido certamente estaria numa outra oportunidade.

Durante todo o Império, ficam evidentes as tentativas de se criar uma ideia de nação em um país recém-formado e desejoso de uma identidade - função destinada aos institutos culturais e que permeia todo o ideal de educação do período.

UM OLHAR SOBRE O ENSINO NO BRASIL-IMPÉRIO

Nos primeiros momentos do Brasil Imperial, pouco foi feito em relação à educação. Temos o ensino primário com as escolas de ler e escrever e “*entre o ensino primário e secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção*” (AZEVEDO, 1971, p. 576). No ensino secundário, predominavam as aulas avulsas à moda das aulas régias do período colonial que podiam ser ministradas por qualquer cidadão.

Essas aulas eram ministradas muitas vezes na casa do professor que escolhia o horário de suas lições. Os alunos se matriculavam a qualquer época do ano o que favorecia a convivência de estudantes de diferentes idades e graus de aproveitamento. O método de ensino mais praticado neste período é o método mútuo ou lancasteriano que se dava com um professor por escola que organizava grupos de dez alunos (decúria) e nomeava um aluno mais adiantado (decurião) para instruir os demais. Dessa forma, estudar se limitava ao ato de decorar e memorizar conteúdos.

No nível superior, mantinham-se os cursos criados por D. João VI: o Curso de Cirurgia da Bahia, o Curso de Cirurgia e Anatomia, a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar no Rio de Janeiro. Só em 1827 são criados os Cursos de Ciências Jurídicas de São Paulo e Olinda. “Este conjunto de escolas em que se preparou toda uma elite de médicos, engenheiros e bacharéis, foi, nesse largo período o centro mais importante da vida profissional e intelectual da nação” (AZEVEDO, 1971, p. 573).

É importante ressaltar o desprestígio dos cursos de formação profissional em comparação aos de nível superior. Tal fato parece estar vinculado à mentalidade de que os trabalhos manuais eram inferiores aos de cunho intelectual, conforme observa Werebe (1974, p. 369 citado por FÁVERO, 2002)

O desprezo que a elite do país nutria pelo trabalho, sobretudo pelo trabalho manual – o que estava bem de acordo com a estrutura social e econômica vigente – explica em parte o abandono do ensino primário e o total desinteresse pelo ensino profissional. A repulsa pelas atividades manuais levava essa elite a considerar vis as profissões ligadas às artes e aos ofícios [...]

Na Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824, o Artigo 179 previa a “instrução gratuita a todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades”. Tais preceitos não foram

postos em prática, pois o país recém-formado passava por grandes problemas financeiros e não havia instituições de ensino suficientes.

A Primeira lei sobre Instrução Pública é de 15 de outubro de 1827 e previa em seu Artigo 1º. a “ criação de escolas de primeiras letras em todo território nacional” e no Artigo 11º. a “criação de escolas para meninas nas cidades e vilas mais populosas”. Definia também o ordenado dos professores, determinava os conteúdos. Entretanto, nenhum desses dispositivos foi cumprido pelos mesmos motivos supracitados.

Com o Ato adicional de 06 de agosto de 1834, a Instrução Pública primária e secundária passam a ser responsabilidade das províncias, ficando a cargo do poder geral apenas o ensino secundário da corte e os cursos superiores do império. Essa descentralização dos estudos levou à Criação de Liceus provinciais como o Ateneu (RN) em 1835, os Liceus da Bahia e da Paraíba em 1836 e o Colégio de Pedro II na corte em 1837. Há também a criação de Escolas Normais para formação de professores sendo a primeira delas em Niterói (1835), entretanto poucos buscavam esse tipo de formação.

Para ter acesso ao ensino superior, o aluno teria de prestar exames preparatórios de algumas disciplinas. Para o curso de “medicina”: latim, francês, inglês, filosofia, aritmética e geometria e para os cursos jurídicos: latim, francês, inglês, retórica, filosofia racional e moral, aritmética e geometria, história e geografia. Esses exames preparatórios eram o que de fato buscavam os alunos que cursavam o ensino secundário. Dessa maneira, as aulas avulsas e até mesmo os liceus e colégios acabavam por se adaptar a essa prática.

Paralelamente às instituições de ensino oficiais, eram várias as escolas particulares que muito contribuíram para o ensino, em sentido global, tanto pelo fato de não haver instituições oficiais suficientes diante da procura, quanto por algumas delas contarem com boas metodologias pedagógicas e materiais sofisticados para a época. Merece destaque dentre tais colégios os de Abílio César Borges.

Conforme Haidar (1972), o maior obstáculo às instituições de ensino da época era o desejo geral de percorrer rapidamente as disciplinas preparatórias a fim de apressar o ingresso nos cursos superiores, prática que prevaleceu durante todo o período Imperial.

O COLÉGIO DE PEDRO II, MODELO DE ENSINO NO PERÍODO IMPERIAL

Criado em 02 de dezembro de 1837, data de aniversário de D. Pedro II, sob a regência de Pedro de Araújo Lima e como Ministro da Justiça e Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, o colégio de Pedro II seria, segundo Azevedo (1971, p. 578) “a única instituição de cultura geral criada desde a Independência até a República”.

Foi inaugurado em 25 de março de 1838 (data de juramento da Constituição do Império), no local onde anos antes havia funcionado o “Seminário dos Órfãos de São Joaquim”. Este Seminário tem sua origem no antigo “Seminário dos Órfãos de São Pedro” instituição de instrução eclesiástica fundada pelo bispo Frei Antônio de Guadalupe em 18 de junho de 1739. Em 1766 o seminário foi transferido para a Rua do Valongo e lá recebeu o nome de “Seminário dos Órfãos de São Joaquim”. Foi fechado no tempo de D. Pedro I, por problemas administrativos e financeiros, e reformado pelo arquiteto Grandjean de Montigny, um dos intelectuais franceses trazidos por D. João VI quando da vinda da Família Real para o Brasil.

Um dos principais objetivos do colégio era o de “oferecer um exemplar ou norma aos que já se achavam instituídos nesta Capital por alguns particulares”¹, ou seja, ser um padrão a ser seguido por todas as instituições de ensino da corte e também de outras províncias. Como vimos, ele se tornou um padrão ideal, já que o padrão real era determinado pelo acesso ao nível superior através dos exames parcelados de preparatórios.

No discurso de inauguração de Bernardo Pereira de Vasconcelos, podemos perceber todo o conservadorismo do período, conforme mencionado anteriormente, e que se refletia nos ideais educacionais: “Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados.”²

O bom método a ser seguido na época era o europeu, em especial o francês, o que fez com que no Regulamento de 1838 houvesse o predomínio dos estudos literários e um certo equilíbrio entre eles e os estudos científicos, que foram distribuídos em matérias num ensino seriado de oito anos. Esse período poderia ser reduzido se o aluno prestasse, no quinto mês do ano letivo, um exame especialmente constituído para que o mesmo pudesse ser promovido para a série seguinte. Desse modo, o aluno poderia concluir seus estudos em seis ou até mesmo quatro anos e receber o

¹ Trecho do discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos quando da inauguração do colégio. (HAIDAR, 1972, p. 99)

² Trecho do discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos quando da inauguração do colégio. (HAIDAR, 1972, p. 99)

diploma de Bacharel em Letras, título que mais tarde lhe concederia acesso ao ensino superior sem a prestação de exames preparatórios.

As matérias eram distribuídas da seguinte maneira: **8^a. e 7^a. Séries:** 24 aulas – gramática nacional 5; gramática latina 5; aritmética 5; geografia 5; desenho 2; música vocal 2. **6^a. Série:** 24 aulas – latinidade 10; língua grega 3; língua francesa 1; aritmética 1; geografia 1, história 2; **5^a. e 4^a. Séries:** 25 aulas - latinidade 10; grego 5; francês 2; inglês 2; história natural 2; geometria 2; **3^a. Série:** 25 aulas - latinidade 10; grego 5; inglês 1; ciências físicas 2; álgebra 5; **2^a. Série:** 30 aulas – filosofia 10; retórica e poética 10; história 2; ciências físicas 2; matemática 6; **1^a. Série:** 30 aulas – filosofia 10; retórica 10; ciências físicas 2; história 2; astronomia 3; matemática 3; chama-se a atenção o pequeno número de aulas dedicada ao estudo da língua vernácula, que era estudada somente nas primeiras séries. Isso se deve ao fato, primeiro, de essa disciplina não ser obrigatória para o acesso ao ensino superior e também por que se entendia que o que se aprendia nas escolas de primeiras letras já era o suficiente.

Um pai ao levar seu filho ao colégio recomenda que não se gaste tempo com o estudo de Português que todos sabem; que estude Francês e o Latim; por que lhe disseram que a gramática portuguesa estuda-se na latina. (...) O menino escreverá em português, sim; mas no português que aprendeu com sua ama; (FRASÃO, 1863 citado por LAJOLO, 2002, p. 20)

O colégio é marcado em sua história pelas várias reformas que ocorreram em seu estatuto e na educação de modo geral durante o Império. Essas reformas nos remetem ao pensamento oficial acerca da natureza e dos objetivos do ensino secundário no país.

A primeira delas foi a Reforma do Estatuto de 1841, feita pelo então Ministro do Império Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que reduziu o curso de oito para sete anos redistribuindo-se, assim, as disciplinas ministradas. É dada maior ênfase aos estudos literários, reduzindo-se a carga de ciências e matemática e introduzindo-se ao currículo o estudo da língua alemã. Dessa forma, as matérias foram assim distribuídas: **1^o. Ano:** 25 aulas – gramática geral e nacional 5; latim 5; francês 5; desenho caligráfico 3; desenho linear 3; música vocal 4; **2^o. Ano:** 25 aulas – latim 5; francês 3; inglês 5; geografia descritiva 3; desenho caligráfico 2; desenho figurado 3; música vocal 4; **3^o. Ano:** 25 aulas - latim 6; francês 2; inglês 2; alemão 3; grego 5; geografia descritiva 1; história 4; desenho figurado 1; música vocal 1; **4^o. Ano:** 25 aulas - latim 6; francês 2; inglês 2; alemão 3; grego 5; geografia descritiva 1; história 4; desenho figurado 1; música vocal 1; **5^o. Ano:** 25 aulas - grego 4; latim 3; alemão 1; inglês 1; francês 1; geografia descritiva 1; história 3;

aritmética e álgebra 5; zoologia e botânica 3; desenho figurado 1; música vocal 1; **6º. Ano:** 30 aulas - grego 3; latim 3; alemão 1; inglês 1; francês 1; geografia descritiva 1; história 2; retórica e poética 5; filosofia 5; geometria, trigonometria retilínea 3; física e química 3; desenho figurado 1; música vocal 1; **7º. Ano:** 30 aulas - grego 3; latim 3; alemão 1; inglês 1; francês 1; geografia descritiva 1; história 2; retórica e poética 5; filosofia 5; geografia, matemática e cronologia 2; mineralogia e geologia 2; zoologia filosófica 1; desenho figurado 1; música vocal 1;

Podemos observar que os dois últimos anos eram os mais sobrecarregados com um currículo enciclopédico. O regulamento também previa castigos aos indisciplinados que iam desde pequenas privações, “moderada correção corporal”, até expulsão do colégio. Enquanto, por um lado, tem-se o governo preocupado em reformar o ensino no colégio de Pedro II, as aulas avulsas continuavam sem organização e havia uma enorme quantidade de escolas particulares, tantas que o governo não era capaz de precisar seu número. Essa situação preocupava pessoas como o deputado José Justiniano José da Rocha que solicitou informações acerca das aulas públicas de instrução secundária e ele mesmo, mais tarde, fez um relatório sobre a situação da iniciativa privada no município da corte.

Em 1846, os deputados Torres Homem, Dias de Carvalho e Domingos José Gonçalves de Magalhães da Comissão da Instrução Pública da Câmara apresentaram projetos que fixavam exigências para o exercício do magistério e abertura de escolas particulares, a criação de um conselho geral de instrução pública que atuaria na organização, inspeção e direção da instrução pública no império e, por fim, a Criação de um Liceu nacional, escola secundária menos pretensiosa que o Colégio de Pedro II em forma de externato com curso de seis anos que englobaria as aulas avulsas públicas, além de ser mais barato. Isso permitiria estender aos menos favorecidos uma instrução mais completa e de qualidade.

Dos três projetos apresentados por essa comissão, apenas o último entrou em vigor com o Regulamento de 1854 do então ministro do império Luiz Pedreira do Couto Ferraz que aprova a Criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária órgão destinado a fiscalizar e orientar o ensino público e particular nos níveis primário e secundário. Os delegados fariam inspeções periódicas nos estabelecimentos particulares que tinham de ser habilitados pela inspeção e apresentar provas de capacidade moral e profissional. Este regulamento dispunha também sobre normas para o exercício da liberdade de ensino e preparação do professor primário. Foram criados os Exames Gerais de Preparatórios que seriam organizados por bancas.

Reformou-se também o colégio que foi dividido entre Internato com sede no Engenho Velho e Externato que continuaria no prédio do antigo Seminário dos Órfãos de São Joaquim.

Em razão deste regulamento de 1854, um regulamento específico para o colégio foi elaborado em 1855 para adequar os estudos no colégio à nova realidade. O curso foi dividido em primeira e segunda classes, sendo a primeira um curso com duração de quatro anos com certificado especial. Nessa primeira classe predominavam os estudos científicos que permitiriam aos alunos se prepararem para as carreiras industriais e comerciais. Nessa classe, os alunos tinham aula de gramática nacional, latim, francês, religião, aritmética e álgebra, geometria e trigonometria retilínea, geografia e história moderna, corografia e história do Brasil, ciências naturais, desenho, música e ginástica. A segunda classe, com duração de três anos, conferiria o título de bacharel em letras aos que fossem aprovados nas duas classes. Nessa classe a formação era mais humanística sendo estudados latim avançado, grego, alemão, geografia e história antiga, geografia e história da idade média, filosofia racional e moral, retórica e poética. Essa reforma foi inspirada nas *realschulen* alemãs que procuravam um ensino mais científico que atendesse aos jovens que precisavam se preparar para as carreiras industriais e comerciais.

Em 1856, foram fixados, por meio do decreto de 24 de janeiro, os programas de ensino e indicação dos compêndios a serem utilizados no Colégio, com base nos utilizados nos liceus franceses com as adequações necessárias. Este decreto também dispunha sobre os exames realizados ao final de cada série. Assim, os exames do quarto ano compreenderiam as matérias da primeira classe e os do sétimo ano as da segunda. Para os outros anos, as matérias ensinadas em cada um deles.

Com a mudança mais uma vez de ministro em 1857, Pedro Araújo de Lima – Marquês de Olinda – faz novo decreto que prevê a criação da classe de “meio-pensionistas” e aulas avulsas no externato, a fim de extinguir as aulas avulsas gratuitas que ainda existiam na corte, promovendo, assim, aumento de vagas gratuitas no externato. O plano de estudos sofreu algumas alterações com a ampliação de quatro para cinco anos para a obtenção do certificado especial àqueles que não fossem seguir seus estudos no colégio. Entretanto, esse quinto ano especial não foi frequentado, revelando mais uma vez o desprestígio da “formação profissional”.

Em 1862, o então ministro do Império José Ildefonso de Souza Dantas suprime o curso especial de cinco anos que não tinha procura por parte dos jovens, pois a ascensão social desejada por todos estava relacionada aos cursos de bacharelado por ser este o caminho para atingir a nova

aristocracia – Comércio e Indústria estavam associados às práticas exercidas pelos menos favorecidos, escravos ou artesãos. Altera, assim, a grade curricular, ampliando-se os estudos do Idioma Nacional, do latim, grego e francês. Estabelece como opcional o Alemão, o Italiano, Desenho, Música, Dança e Ginástica. Reduz os estudos de Física, Química e Ciências Naturais e retoma o sistema de Exames parciais e finais com provas escritas e orais.

A reforma de 1870 do ministro do império Paulino José Soares de Souza previa maior desenvolvimento do ensino das ciências físicas e naturais ministradas nas últimas quatro séries do curso e mais importância ao vernáculo que se tornou disciplina obrigatória dos exames de preparatórios. Há uma fragmentação dos estudos com a criação dos “exames de suficiência” parciais e finais, matrículas e exames por disciplinas, dando ao Colégio a feição de mais um “curso preparatório”, embora com distinção em relação aos demais.

Com a Reforma de José Bento da Cunha em 1876, são extintas as matrículas avulsas, mas conservado o sistema de exames finais por disciplina, favorecendo a evasão dos alunos do colégio a partir do quinto ano por tornarem-se aptos a tentarem a matrícula em qualquer academia do Império. O título de Bacharel em Letras perde sua utilidade.

Mas são com as Reformas de 1878 e 1879 que o colégio assume, de fato, sua função de “curso preparatório”, pois elas davam liberdade aos alunos a prestar exame vago de qualquer disciplina ou de todas as matérias ministradas no colégio. Isso gerou uma enorme desorganização no colégio e a quase extinção das matrículas, pois suprimiu a frequência obrigatória. Foram restauradas, também, as aulas avulsas no externato.

A liberdade de ensino também fez parte dessas reformas, o que propiciou a colégios protestantes e positivistas o reconhecimento de suas práticas pelo governo. O curso regular ganhou dessa forma laicidade nos níveis primário e secundário com a não-obrigatoriedade do ensino religioso.

A reforma de 1881 do ministro Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello manteve a desorganização que os exames vagos, as matrículas avulsas e os exames finais por disciplina impuseram ao colégio, contudo, enfatiza o ensino do vernáculo, exigindo-o em todas as séries do curso, haja vista sua exigência no nível superior.

A última reforma do colégio antes da Proclamação da República se dá em 1888 com o Barão de Cotegipe que extingue os exames vagos, matrículas livres e frequência livre, porém mantém os exames finais por disciplina.

E MANAUS? COMO ENTRA NA HISTÓRIA?

A instrução primária, nos dias coloniais, reduzia-se à dos missionários que ensinavam com carinho as crianças indígenas, embora não falassem em português e não lhes desse mesmo noções dessa língua, contrariando, assim, as determinações reais.

Uma escola de primeiras letras, criada em 1787 para os filhos dos moradores, em Barcelos, não chegou a ser instalada, pela desistência do professor nomeado. Outras, em vários pontos da Capitania, ou não funcionavam com muita irregularidade e sem produzir resultados animadores. Alexandre Rodrigues Ferreira, visitando o Rio Negro, verificou, em 1787, o abandono em que vivia a causa do ensino. O subsídio literário, instituído por Pombal, não aproveitava o Amazonas, embora o Marquês tivesse suas vistas lançadas para o vale magnífico.

Ao tempo da adesão à independência, eram várias as que o governo mantinha. Sabe-se, com certos detalhes, a de Moura, Barcelos e Lugar da Barra. Nos dias da Comarca do Rio Negro e do Alto Amazonas, não se registram progressos sensíveis. Não foram muitas as novas escolas montadas e onde, pela lei de 15 de outubro de 1827, vigorava o método lancasteriano. Às câmaras municipais cabiam a fiscalização e a inspeção dos trabalhos didáticos. Em 1938, o professor de Manaus vencia o ordenado de 300\$000 anuais.

De quantos exerceram o magistério, por essa época, o mais notável foi o padre João Antônio da Silva, vigário da Vila de Manaus e patriota exaltado na cabanagem, o qual manteve a “primeira escola particular que existiu no Amazonas”.

Quando foi instalada a Província, reduziam-se a oito as escolas, e destas, providas apenas de Maués e Ega e a do sexo feminino na cidade da Barra, estabelecida em 1840. Tenreiro Aranha procurou enfrentar o problema da alfabetização, organizando o ensino por meio de um regulamento que marcava o magistério várias obrigações, entre elas a educação física e moral. Pelo regulamento, o curso dividido em classes, e obedecendo ao exemplo de organização do Colégio de D. Pedro II, compreendia as seguintes matérias: leitura, caligrafia, doutrina cristã, numerações e principais regras de aritmética, gramática da língua nacional, noções de geometria aplicada às artes, história natural, da sagrada família e do Brasil, e geografia. Havia mais, para as meninas, as aulas de prenda.

Gonçalves Dias, nomeado visitador, em 1861 e 1862 percorreu o Solimões, Negro e Madeira, recolhendo dados a respeito do que era educação. Os relatórios do visitador informavam

com clareza que o ensino público não oferecia um quadro satisfatório. Daí cidadãos prestimosos por vezes contribuíam com importâncias avultadas.

A Província também observou o ensino artístico e profissional, mantendo aulas avulsas de música e o estabelecimento de Educandos Artífices, instalado em Manaus a 25 de março de 1858, com oficinas de alfaiate, sapateiro, torneiro, charuteiro. Essa escola, extinta em 1877, voltou a funcionar sob o nome da Instituto Amazonense de Educandos Artífices, na administração de José Paranaguá, produzindo os melhores resultados.

Assim, as escolas manauaras, funcionando de início em casa alugadas, principiaram a ter prédios próprios em 1871, quando foram construídos três nos bairros de prestígio: Remédios, São Vicente e Espírito Santo, antes, portanto, da circular do conselheiro João Alfredo, ministro do Império que visitou Manaus, aconselhando aquela província aos presidentes de província, pois era uma das grandes esperanças de desenvolvimento do Brasil-Império, que logo já passaria a ser República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colégio de Pedro II reflete a instabilidade do período, e suas oscilações são proporcionais aos desequilíbrios da nação. Representa as tentativas de se organizar o ensino secundário, porém fica evidente que são os exames parcelados que conferem a este tipo de ensino sua principal função: preparar os alunos para acesso ao ensino superior. Cada uma de suas reformas reflete um pouco dos aspectos políticos e sociais enfrentados pelo país durante o período Imperial.

Vale salientar a já mencionada relevância das instituições particulares que ao lado do Colégio de Pedro II formaram grande parte da elite intelectual brasileira, conferindo a estes formação que em nada deixava a desejar em comparação à formação europeia, já que sempre a teve como modelo a ser seguido.

Embora seu objetivo inicial de ser um padrão a ser seguido não tenha sido plenamente alcançado, tanto o colégio quanto as outras instituições idealizadas para consolidar e redigir a história do Brasil e exaltação do sentimento patriótico cumpriram seu papel de formadores da nova aristocracia brasileira.

Em oposição a isso, temos a desigualdade social refletida no esmerado empenho do governo em proporcionar um ensino de altíssima qualidade aos mais favorecidos, e o grande

desinteresse pela formação dos menos favorecidos, que gerou uma massa de analfabetos em contraste com uma pequena elite de cultura requintada. (AZEVEDO, 1971)

Quanto ao ensino amazonense, em especial Manaus, também houve grande evolução. O próprio Colégio de Pedro II foi o grande exemplo de organização àquela cidade, porém na busca comparativa de raízes educacionais manauaras em relação ao resto do Brasil, nota-se que o ensino no período imperial foi particularizado, pois se estabeleceu um hiato entre o Período Colonial e o Período Republicano, exigindo-se, assim, um estudo abrangente sobre esse tempo, capaz de estabelecer pontos principais e de organizar uma estrutura mais sólida para o desencadeamento de trabalhos mais específicos e detalhados.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. Currículos de História e Políticas Públicas: Os programas de História do Brasil na escola secundária. In BITTENCOURT, C. (org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Contexto, 2006.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira*. 5ª. Edição, São Paulo, Edusp, 1971.

BITTENCOURT, C.(org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Contexto, 2006.

FAUSTO, B. *Historia Concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2006.

FAUSTO, B. *Historia do Brasil*. 13ª. Edição. São Paulo, Edusp, 2009.

FÁVERO, L.L. O Ensino no Império: 1837-1867 – trinta anos do Imperial Collégio de Pedro II. In Orlandi, E. P. e Guimarães, E. (orgs.) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*. Campinas, Pontes, 2002, p. 65-86.

FÁVERO, L.L. e MOLINA, M.G. *As concepções linguísticas do século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.

GOMES, L. *1822*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2010.

GONÇALVES, M. F. *Os programas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II: uma orientação para o Ensino Secundário*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

Haidar, M. L. M. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo, Edusp, 1972.

Lajolo, M. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*, 6.a. edição. São Paulo, Ática, 2002.

Loureiro, A. *O Amazonas na época imperial*. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

Pontes, A. *Tratado de ensino manauara*. Lisboa: Cartume, 1966.

Schwarcz, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Schwarcz, L. M. *As barbas do imperador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

ABSTRACT

The article discusses, from the perspective of the History of Linguistic Ideas, as organized education in Brazil during the Empire, focusing on the high school, represented by the College of Pedro II and his contributory aspects in the formation and structure of education in Amazonas, especially in the city of Manaus.

Key words: *Education in the imperial period. College of Pedro II. Province of Amazonas.*

Data de envio: 10/04/2012

Aprovado para publicação: Maio/2012